

## **A MERENDA ESCOLAR NA VIRADA DO SÉCULO — agenciamento pedagógico da cidadania**

Ricardo Burg Ceccim\*

Tendo atuado durante sete anos com os grupos coordenadores da área de saúde da criança, seja na Secretaria Estadual da Saúde e do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul ou na Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre (nesta última como responsável pelas políticas de saúde para a criança durante dois anos), estive acompanhando os programas de suplementação alimentar voltados à assistência infantil e, tendo atuado na direção da Divisão de Assistência ao Educando da Secretaria Municipal da Educação de Porto Alegre, estive acompanhando o programa de merenda escolar oferecido à rede escolar municipal. Sendo sanitarista e atuando junto com a área de educação e saúde na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tive na merenda escolar uma das interfaces de minhas assessorias no campo da saúde escolar. Em consequência, o texto ora preparado não se atém a sustentar posições em referências bibliográficas, mas em afirmá-las como produto de trabalho, interlocução e estudo, propondo pensar a merenda diante das transformações deste final de século e destacar o lugar da educação como dispositivo da escola para o agenciamento de modos de vida, socialidade, singularidade e solidariedade.

\* Professor na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, área de Educação e Saúde, sanitarista, mestre em educação, aluno de doutorado na PUC/SP.

A merenda escolar, no Brasil, foi instituída em 31 de março de 1955 e tinha por objetivo influir na redução do fracasso escolar, na melhoria da saúde dos escolares e pré-escolares, na melhoria dos hábitos alimentares da criança e, por decorrência, da sua família. Colocada dentro da política educacional do País, a "merenda escolar" se apresentava como estratégia política de socorro à escola (fixar o aluno e melhorar-lhe os níveis de frequência, aprovação e promoção escolar) e à criança (atacando o problema da fome e/ou desnutrição).

O que localizava a alimentação na escola como merenda, dentro da programação de suplementação alimentar, era o fato de estar destinada às crianças matriculadas na rede oficial de ensino de 1º grau e por atender a 15% das necessidades nutricionais diárias da criança escolar (porção equivalente à metade de uma refeição?).

Duas questões são suscitadas na programação nacional de merenda escolar: a relação estado nutricional x aprendizado e a alternativa da escola no enfrentamento da fome. Por isso, é fundamental uma rápida digressão a estes dois pontos para em seguida pensarmos no fato pedagógico que se põe à merenda escolar.

### **A questão estado nutricional x aprendizado**

A relação desnutrição e desenvolvimento cognitivo vem sendo bastante estudada nos últimos 30 anos, e hoje é possível afirmar que a desnutrição não é causa significativa de fracasso escolar. Os prejuízos da desnutrição, extremamente graves, se expressam mais profundamente no período pré-natal, primeiro semestre de vida e até os dois primeiros anos de idade.

De qualquer forma, o confronto de um índice de 10% a 15% de crianças com sinais de desnutrição atual ou progressiva, como o encontrado na maioria dos levantamentos nutricionais realizados em escolas de periferia no Brasil, contra o índice médio de 50% de fracasso escolar não nos permite pensar em associação direta. Valia e Holanda (1994) citam pesquisas nacionais realizadas em diferentes regiões do País que relatam a existência de desnutrição atual ou passada em 20% a 45% das crianças diante de taxas de fracasso escolar entre 50% e 70% do total da população escolarizada.

O programa de merenda escolar responsável pelo alcance de 15% das necessidades protéico-calóricas da criança não alterou a prevalência do fracasso escolar em 40 anos de existência.

Cecília Collares, em sua pesquisa de doutorado, investigou a influência da merenda no rendimento em alfabetização, encontrando que as crianças que receberam alimentação no início das aulas e na hora do recreio tiveram uma repercussão positiva sobre seu aproveitamento escolar, quando comparadas com crianças que receberam uma merenda na hora do recreio, embora em ambos os grupos não houvesse ocorrido melhora do estado nutricional. Collares (1982) propõe que a fome, e não a desnutrição, tenha tido influência sobre o aproveitamento escolar. Resolvida a sensação de fome, cessam seus efeitos de interferência na disponibilidade neuropsicológica para a aprendizagem. Pesquisadores nacionais neste tema, preocupados com a saúde infantil (aspectos pediátricos) e com o desempenho escolar (aspectos pedagógicos), como Maria Aparecida Affonso Moysés, Gerson Zanetta de Lima, Cecília Azevedo Lima Collares e Ana Cecília Lins Sucupira, entre os mais conhecidos, enfatizam que, mesmo em face de lesões estruturais ou de comportamento bem estabelecidas, decorrentes de desnutrição,

se pode alcançar padrões de aprendizagem satisfatórios em crianças desnutridas que chegam à escola.

O principal efeito da desnutrição sobre a criança não se reflete na sua capacidade cognitiva, mas na redução da velocidade de crescimento, até a parada completa do crescimento, em casos extremos. É o reflexo sobre a estatura das crianças desnutridas que, somado ao baixo peso, lhes dá condição de sobrevivência e proteção das funções cerebrais. Outros efeitos do prejuízo nutricional são as alterações na pele, cabelos, unhas, umidade e coloração de mucosas, suscetibilidade às infecções respiratórias e parasitoses, fraqueza e fadiga crônicas, que são reversíveis e cuja intensidade ou interferência no desempenho escolar se relacionam com a intensidade do quadro clínico de desnutrição.

Neste sentido, é crucial entendermos a inscrição da desnutrição como fenômeno social da miséria, portanto, parte integrante de um complexo de exclusões sociais, produtor e reprodutor de desigualdades nas condições básicas de subsistência e vida em que a presença na escola se mostra inversamente proporcional às piores condições de sobrevivência. A criança presente na escola, ainda que com fome, com toda certeza terá preservada sua capacidade de aprendizagem.

### **A questão da escola como local de escolha no enfrentamento da fome**

A escolha da escola como local alternativo para atacar o problema da fome só pode se colocar junto com a reivindicação de preservação de sua função pedagógica diante das aprendizagens da criança. Se

a criança for à escola para alimentar-se, não importando a qualidade da ação pedagógica, estará sendo substituída uma deficiência por outra, preservada a exclusão social. Substitui-se a falta de alimentos pela falta de ensino-aprendizagem.

É grande a proporção de crianças na escola pública que chega em jejum ou que tem na oportunidade da escola a sua única refeição diária, nem por isso a escola deverá consolidar-se como local de refeições em lugar de agência do ensino e aprendizagem intelectual.

A entrada dessas crianças na escola, mais que o acolhimento de suas necessidades biológicas, precisa estar afeta ao acolhimento de suas necessidades de cidadania (necessidades pedagógicas próprias à escola, enquanto função social) e à produção de processos individuais, coletivos e institucionais que repropõem a escola, a cidadania e as relações ético-políticas.

Para que a escola viesse a se responsabilizar pela recuperação e tratamento da desnutrição, ela teria de se apresentar como unidade de saúde, realizando o controle de peso e altura das crianças, fazendo a inspeção regular dos sistemas fisiológicos, controle de ingestão e das eliminações, controle dos sinais vitais, etc, assumindo o aporte nutricional total de seus alunos (100% das necessidades protéico-calóricas diárias). Entretanto, a merenda escolar, segundo a lei, vem para cobrir 15% dessas necessidades, e nenhuma criança permanece todo o dia dentro da escola, exceto na educação infantil, e a atenção à necessidade de aprendizagens escolares se não for a prioridade da escola será a prova de que a escola tornou-se dispensável.

Ao privilegiar a alimentação em seu aspecto biológico, desqualificando seu conteúdo sodoantropológico, a escola renega sua função pedagógica de criação de sentidos, de estabelecimento de desafios à consciência e à apropriação do social como reconhecimento dos direitos de cidadania e de ampliação desses direitos pela transformação das condições de miséria. O que transforma o social não é o reconhecimento da condição de miséria, mas as ações construtivas de um sentimento coletivo de direitos sociais.

Se, de um lado, a falta de alimentos aprisiona as disponibilidades biológicas às sensações da fome; de outro lado, a eliminação da fome tem um significado que ultrapassa em muito o biológico, pois possibilita ao homem realizar-se naquilo que o diferencia do resto dos seres vivos, isto é, realizar-se na cultura, no trabalho, na criação e na ação política (Acsehrad et al., 1993).

### **O caráter pedagógico da merenda escolar**

A merenda na escola pública é afirmativa do melhor rendimento escolar diante daquela que chamamos a "fome do dia". Não se tratando de resolver a condição de desnutrição e conhecendo os efeitos das sensações da fome, tanto sobre a disponibilidade escolar quanto sobre o sentimento de cidadania, caberá à escola oferecer uma merenda nutricionalmente adequada e na forma de uma refeição coletiva, especialmente na chegada da criança à escola em lugar de no intervalo das aulas, para captar o máximo incentivo da criança aos desafios de uma resposta intelectual aos problemas pedagógicos.

Alimentando-se na chegada, a criança entra em aula sem estar sentindo fome e pode manter-se livre de seus efeitos durante aquele período. O destaque a que esta alimentação seja nutricionalmente adequada e em forma de uma refeição coletiva é porque o caráter pedagógico da merenda se alicerça nas relações do servir e do comer, na escolha de quais alimentos são oferecidos e com que apresentação, na forma como foram preparados, na forma como é compartilhado o tempo à mesa.

Quando se fala do pedagógico à mesa, logo nos vem o ensino das regras de etiqueta ou a tradicional educação nutricional de adestramento e modificação de hábitos alimentares, um padrão crítico-repetitivo: *prescrição* de uma atuação transformadora da realidade. O pedagógico não é isto, é o universo simbólico e expressivo que preenche esse momento e o organiza.

A constituição de cidadania que reivindico está na produtividade de instâncias individuais, coletivas e institucionais sobre a subjetividade dos cidadãos; por isso, de um lado, o universo simbólico e seu poder de sobrecodificar a subjetividade devem ser tomados enquanto rigor ético nas relações de aprendizagem e, de outro lado, todos os anúncios expressivos devem ser apreendidos para dar guarida e possibilidade às estéticas de vida que se engendram através de nós.

A grande maioria dos professores não partilha das refeições sentados à mesa com o conjunto dos alunos. Quase sempre a refeição oferecida não se destina aos hábitos dos professores, nem no modo de servir, nem na qualidade nutricional, tampouco há abertura sensível às estéticas que se anunciam nas frestas do plano exterior dos comportamentos; sem partilha não se refina a escuta às expressões

dos alunos e tampouco se abre/amplia a possibilidade de escuta dos alunos às expressões dos professores, o que reduziria o arbitrário pedagógico para uma relação horizontal de autoridade.

O apelo pedagógico da merenda escolar resulta da indignação com a forma de tratar os escolares como se fossem "massa dos-que-não-têm-o-que-comer" e do dever ético de transformá-la num ato educativo da cidadania (portanto, não ato educativo de comportamentos, tampouco para a cidadania).

A merenda escolar, para que seja fato pedagógico na escola pública brasileira, requer des-envolver novos olhares e escutas para captar os sentidos e as necessidades que estão por detrás da discursividade, a intersecção do plano dos processos sociais e do plano da subjetividade. Há uma dimensão concreta: a fome biológica, a falta de alimentos em casa, a sensação de fome durante o período escolar e a necessidade de aporte calórico para a atenção em sala de aula e energia na recreação. Há uma dimensão simbólica: a alimentação escolar é um espaço coletivo de prazer, nutrição e aproximação, de construção cultural e convivencial. Há uma dimensão vivencial: a merenda coletiva revela traços de expressão e fragmentos de conteúdo das relações e convivência, elementos de enunciação da alteridade, expansão de simpatias, reinvenção do coletivo, que pode ou deve ser trabalhado como função pedagógica.

### **A merenda como política pública**

Nos países desenvolvidos, na América do Norte, na Europa ou no Oriente, em que não é a carência econômica que determina a

alimentação escolar, a merenda é servida pelas escolas para que as crianças não fiquem muito tempo sem se alimentar. No Brasil, a merenda sempre existiu nas escolas privadas, providenciada pelas famílias, pela escola ou pela existência de cantinas escolares. No caso da escola pública, essa merenda não pode prescindir das refeições principais (café da manhã e almoço, pelo menos), extrapolando a idéia de merenda na hora do intervalo e, então, as significações e expressões do (ou no) comer são mais relevantes ainda.

As significações do comer são constitutivas das organizações humanas. Em nossa cultura, a alimentação envolve rituais coletivos de reunião em torno de uma mesa, de diversos pratos dispostos ao alcance de cada um para que se sirva conforme suas preferências de paladar e quantidades; e quanto mais requintado o direito de prazer, higiene e congraçamento à mesa, maior a fartura de pratos, talheres, copos (serviço ou uso individual). Entretanto, na escola pública, parece que a alimentação pode se limitar à caneca de plástico ou de alumínio, a uma colher e a um aumento "formulado" ou "fortificado com suplementos".

Para que a merenda represente um fato pedagógico, embasada no reconhecimento dos direitos de cidadania e não no assistencialismo, que não reconhece a necessidade de transformação e mobilização da sociedade, deverá fazer-se acompanhar de uma política educacional sofisticada. A oferta suficiente de vagas para matrícula, a infra-estrutura escolar, um expressivo orçamento destinado à educação, a qualificação de professores e de pessoal de escola e a sofisticação dos recursos pedagógicos são fundamentais à reversão do fracasso escolar, e não será a merenda a portadora da função existencializante da escola (como no absurdo de escolas serem fechadas enquanto há

atrasos na entrega da merenda ou aceitar/propor/legitimar/validar que o aluno vai à escola por causa da merenda).

A merenda deve ser administrada com recursos próprios a este fim e não com o desvio de recursos da saúde ou educação. Há necessidade de adequado depósito de alimentos, cozinhas experimentais que possam testar o preparo de alimentos comprados pela merenda escolar e investigação de receitas e modos de preparo, cozinhas regionalizadas nos bairros quando a rede escolar for de escolas pequenas ou houver pouco pessoal envolvido com preparo de refeições, ampliação de refeitórios, aquisição de material de cantina/cozinha com qualidade e em quantidade adequada e investimento em equipamentos sofisticados de produção e conservação de alimentos (*freezers*, micro-ondas, processadores de alimentos, sistemas de embalagem, por exemplo) ou mesmo o investimento em sistemas de transporte e armazenamento de alimentos prontos que possam abastecer semanal ou mensalmente cada escola em particular.

É fundamental o respeito aos hábitos alimentares dos alunos, buscando a ampliação desses hábitos através da inclusão de alimentos regionais diversificados, sem doutrinações ou exclusão de escolha, que se possa comer à mesa, servindo-se, na companhia dos professores, com acesso a pratos, talheres e copos adequados. Na minha própria observação, os sistemas de *buffet* (alimentos dispostos no balcão divisor refeitório-cozinha ou em carro aquecido), para que cada aluno sirva seu prato e escolha um lugar às mesas coletivas ou de *self-service* (pratos com alimentos trazidos para as mesas onde os grupos se sentam), para que se sirva na própria mesa, possibilitam aprendizagens de comportamento à mesa, cuidados com o refeitório e auxílio ao pessoal da cozinha (servindo as mesas e as recolhendo)

que se coadunam, de fato, com a ambiência pedagógica desejada com vistas às relações sociais e éticas da cidadania e instituem um cenário livre para atuações e atualizações das diversas modalidades de comportamento/postura/atitude que se reengendram diante do coletivo e dos afetos ali instaurados.

A discussão da merenda escolar com esta profundidade parece contribuir à própria ressignificação das práticas pedagógicas da escola toda e não me parece que disto se possa fugir.

O "entulho autoritário" da merenda como reversão das más condições de vida e saúde, como propaganda eleitoral e assistencialismo alimentar, ainda grassa no imaginário popular, e veja-se que até 1994 a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) argumentava, seja nos objetivos, seja nas avaliações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que a merenda melhorará(rou) o rendimento escolar e, como consequência (óbvia/natural), melhorará(rou) os índices de evasão escolar pela oferta de uma refeição diária (de 15% das necessidades diárias) aos alunos, logo a merenda, se não "existencializa", pelo menos "salva" a escola, no senso comum.

A merenda como política pública precisa dar visibilidade às razões, aos pressupostos e aos valores que a organizam como serviço de alimentação nas secretarias de educação e/ou nas escolas. Ao contrário de invisibilizar a merenda nos serviços de apoio e infraestrutura, recolocá-la no rol das assessorias às relações de aprendizagem e, neste sentido, requisitar nutricionistas e pessoal de nutrição e cozinha para o debate da educação, da pedagogia e da didática, reterritorializando a merenda no universo de agenciamentos da aprendizagem.

Por último, e não menos importante, é necessário dizer que é a interrelação com os pais e demais responsáveis pelos alunos que dará os limites locais da merenda escolar, desde elementos de equidade, que significa providenciar maior aporte de alimentos para escolas públicas de periferia urbana ou interior rural, até extinção da merenda nas escolas públicas de centro, frequentadas pela classe média universitária e de elevado acesso aos bens materiais. Em face da possibilidade dos alunos se alimentarem em casa, também se pode pensar na eliminação da merenda-refeição, pelo menos em alguns dias da semana. Em situações de disponibilidade alimentar junto da família, mas em face de carência quantitativa, pode-se pensar em merendas que se caracterizam por refeições rápidas e nutritivas. A merenda trazida de casa ou comprada na escola é que poderia ser substituída, no ideário comum, pela gostosa merenda servida pela escola pública (que assim fosse).

### **E a merenda escolar na virada do século?**

Enquanto permanecem a miséria, a fome e as violências contra a cidadania, as novas tecnologias da informação e comunicação continuam se processando e, se não estiverem reinventando a escola, "atingirão" a escola, seja por confronto, seja por incorporação. O fenômeno digital, neste final de século, cria um novo espaço político de efetivação da democracia em que não podemos pensar na vigência do atual modelo de escola com seu estilo de relações diretas como as atuais. As novas ferramentas técnicas, se não eliminam a presença/interação/transferência professor-aluno(s) e aluno(s)-aluno(s), já indicam a necessidade de entender e aceitar que a processualidade das tecnologias está alcançando um tempo cumulativo premente para a "virada".

Pergunto se a merenda virará o século junto com a escola, porque acho fundamental marcar, antes de finalizar este texto, que não estamos falando de merenda ou de escola como funções estáticas às quais caiba apenas pensar qualidade. Não é isso. É mesmo quais concepções organizam essas práticas.

Em termos de nutrição, a sociedade "midiática" desmonta a sabedoria alimentar presente na tradição (o tradicional arroz-com-feijão ou a carne-com-batatas, por exemplo) e coloca o *fast food* com sua abundância de gorduras e sal, complementados com bebidas açucaradas, como a alternativa aumentar dos tempos acelerados. A merenda escolar, mesmo que possamos supor anacrônica na *virada do século*, tem na sua permanência um potencial de educação alimentar que se fortifica na resistência ao consumismo "midiático" e para que não se desaprenda a comer e combinar carboidrato com proteína, sem riscos da cardiopatia ao câncer. A merenda escolar pode preservar os valores simbólicos da cultura, interagindo no interior da nova sociedade do conhecimento, não aceitando o aluno como simples consumidor final, mas como consumidor protagonista de modos de vida, a um só tempo, cada vez mais dinâmicos e solidários, porque também poderíamos pensar na alimentação do escolar através da "pílula do astronauta" (pílula de nutrientes).

A escola, neste final de século, já não é mais espaço analógico à família ou à fábrica como nos tempos da instauração do capitalismo. A sociedade disciplinar sucumbiu à sociedade do controle (essencialmente dispersivo e ágil na acomodação de dominações). Todas as mensagens em que a sociedade precisa acreditar são difundidas por toda a parte e por todas as formas num mesmo tempo real. O novo coletivo que nasce agora, de forma reversa, é aquele que pode constituir formas de cooperação e coordenação também em tempo real, apesar de qualquer

distância. Por isso, tanto o isolamento ou a separação, facilitados, precisam ser evitados, como a dependência aos saberes e às aprendizagens, incentivando-se todas as formas de conexão e troca transversais e colaterais que compreendam a inteligência como coletiva e resultante das múltiplas sensibilidades, percepções e imaginações (Lévy, 1993).

Aqui estou propondo a merenda escolar como espaço analógico do "novo coletivo", porque território privilegiado de conexões transversais e colaterais, e onde diversas fontes de informação culminam no refeitório em uso.

Na educação, a emergência do espaço cibernético tem implicações, por conseguinte, tanto na construção do saber, quanto na construção de coletivos e das relações de cidadania. A merenda escolar, como agenciamento pedagógico da cidadania, também precisa reconhecer que uma nova "pólis" vem nascendo (o próprio sistema de representação política da cidadania, tal como o conhecemos nos processos eleitorais, está sucumbindo em silêncio, porque será tecnicamente obsoleto que as decisões sejam centralizadas, assim como é óbvio que o volume de respondentes às pesquisas interativas que vimos assistindo pela televisão não é ficção científica) e ensinar sobre um coletivo com múltiplas especificidades. Aprender com e sobre um coletivo com múltiplas especificidades é aprender como organizá-lo como um "organizando", isto é, sem regulamentos antecedentes aos quais se deva ser resignado e nem a idealização a ser palmilhada obstinadamente, apenas um fazer-desfazer-fazer-se com o desejo de proximidade, interação e afeto.

Talvez devamos perceber que este tempo que nos leva até a virada do século tem, na merenda, um lugar contributivo da

constituição de coletivos capazes de entrar em interação rápida, parceira, sofisticada e colaborativa (como na comunicação em rede, na comunicação com o outro que implica apropriar-lhe as idéias e elocubrações, devolvendo-as reinterpretadas, acrescidas e vitalizadas por sentimentos e afetos), em que o professor muito mais que transmitir saberes, transmite modos de aprender.

Para o caso da merenda, nesse processo de mudanças em estado de aceleração, não é o ensinar a aprender que está em questão, mas os atos cúmplices e amorosos disponibilizados às relações pedagógicas, porque a merenda escolar, na virada do século — coletiva, inteligente, saudável —, estará autorizando modalidades individuais, coletivas e institucionais de ação social e cultural e na subjetividade dos cidadãos.

Não me parece que a questão da merenda escolar possa ter regra igual em todo o País, muito menos em qualquer dos níveis de governo, exceto a regra de que a sua justificativa de existência e modelos de expressão sejam públicos e notórios, sujeitos ao debate com a cidadania, enfocando, sempre, a ampliação da compreensão de cidadania e dos direitos sociais.

A situação de pobreza das crianças e adolescentes brasileiros vai continuar obrigando a existência de programas de alimentação escolar em todas as escolas públicas. Todavia, o tema da cidadania transversalizando as políticas sociais, especialmente as de educação, saúde e assistência social, recoloca os papéis dos diferentes agentes políticos que concorrem na ação do poder público para atender as demandas populares por políticas públicas de

maneira transparente e afirmadora da qualidade de vida. Os movimentos concretos que se originam da própria estrutura do Estado, como a descentralização da execução de políticas até nos municípios, devem levar, tanto ao controle social como à superação dos limites das esferas públicas, estabelecendo o máximo de interfaces, parcerias, cooperações técnicas e apoios recíprocos que se obstinem em suprimir as exclusões sociais e em agenciar pesquisa com produção de serviços como parte das políticas administrativas nas esferas descentralizadas.

É tão importante abandonar as metas assistencialistas, eleitoreiras ou oportunistas da merenda quanto abandonar as metas prescritivas na merenda. Pelo que aprendi com a merenda escolar nas escolas de Porto Alegre e nos encontros estaduais da REFAE/RS, entendo que há necessidade de uma política pública de merenda escolar: destinação universal e voltada às necessidades, mas também às sensações de saúde como plena expressão do modo de afirmar a vida e potencializar a democracia.

Posso dizer, então, para finalizar, que a merenda escolar, através do perfil institucional e/ou gerencial que assuma, estará apontando, no campo setorial da criança e do adolescente, as concepções de políticas públicas: se fator de decisão tecnoburocrática governamental ou expressão da assistência às demandas populares. A merenda escolar, como espaço pedagógico na escola, voltar-se-á ao incremento das responsabilidades educacionais diante da afirmação de modos da cidadania criadores e ativos.

## Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri et al. A fome como fato político. *PG 93*, São Paulo: IBASE, p.27-34, jul./ago. 1993. Seção Especial.

ABREU, Mariza. A escola possível e a merenda escolar. *Coletâneas do PPGEDU, Porto Alegre*, v.1, n.1, p.121-136, jul./ago. 1995.

CECCIM, Ricardo Burg. *Relatório de gestão: 1989-1992*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Saúde, Coordenação das Ações de Saúde da Criança e do Adolescente, 1992. 21p.

\_\_\_\_\_. A merenda escolar na virada do século. In: Congresso Brasileiro de Saúde Escolar, 10, 1995. São Paulo. *Resumos*. São Paulo: [s. n.], 1995.

CECCIM, Ricardo Burg, FERLA, Alcindo Antônio. Saúde escolar: processo educativo em políticas públicas. In: Congresso Brasileiro de Saúde Escolar, 10, 1995. São Paulo. *Resumos*. São Paulo: [s. n.], 1995.

CECCIM, Ricardo Burg, VERAS, Nara. *Manifestação pela adesão à proposta da FAE de descentralização da merenda escolar e apresentação de critérios técnicos para a construção de critérios econômicos*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Educação, Divisão de Assistência ao Educando, 1993. 7p.

COLLARES, Cecília A. L. *Influência da merenda escolar no rendimento em alfabetização: um estudo experimental*. São

Paulo: USP. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 1982.

\_\_\_\_\_. Programa de merenda escolar. *Cadernos do CEDES*, São Paulo, n.15, p.48-54, 1985.

COLLARES, Cecília A. L., MOYSÉS, Maria Aparecida A., LIMA, Gerson Z. Saúde escolar e merenda: desvios do pedagógico? *Educação e Sociedade*, São Paulo, n. 20, p. 10-20, jan. 1985.

FISCHER, Nilton B., LUCE, Maria Beatriz, CECCIM, Ricardo B., FERLA, Alcindo A., ABREU, Mariza. *O poder público e a assistência ao escolar: um processo educativo instituindo políticas públicas*, 1995. 8p. Poster apresentado na Mostra de Extensão/95. Porto Alegre, PROEXT/UFRGS.

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE (FAE). *Descentralização do programa nacional de alimentação escolar: Relatório de Atividades 1993/1994*. Brasília: FAE, 1994.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1993.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LIMA, Gerson Zanetta de. *Saúde escolar e educação*. São Paulo: Cortez, 1985.

LIMA, Gerson Zanetta de, MOYSÉS, M. Aparecida A. Desnutrição e fracasso escolar: uma relação tão simples? *Revista ANDE*, São Paulo, v.1, n.5, p.57-61, 1982.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. *Deficiência de ferro e desenvolvimento cognitivo: um estudo experimental em escolares*. São Paulo: USP/FAMED, 1979. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina, 1979.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso, SUCUPIRA, Ana Cecília S. Lins. Dificuldades escolares. In: BRESSOLIN A. B. et al. (Coords.). *Pediatria em consultório*. São Paulo: Sarvier, 1988. p.303-311.

VALLA, Victor V., HOLLANDA, Eliane. Fracasso escolar, saúde e cidadania. In: VALLA, Victor V., STOTZ, Eduardo (Orgs.). *Educação, saúde e cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1994.